

# ARTIGOS

---

## A INTERPRETAÇÃO CRISTÃ DA HISTÓRIA (II) (\*).

---

(Continuação)

### II. — A HISTÓRIA NA BÍBLIA.

#### A. — FORMAS LITERARIAS DA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA NA BÍBLIA.

O grande espaço consagrado às narrativas históricas, tanto no Velho como no Novo Testamento, apresenta um aspecto único dentro da literatura religiosa da humanidade. Hinos, orações, especulações religiosas, orientação para uma conduta reta e o caminho da salvação encontram-se na literatura religiosa do mundo inteiro. Mas na Bíblia, predomina o material histórico. Mesmo nas suas partes devocionais e éticas, encontramos referências constantes a acontecimentos relatados nos livros históricos, e. g., a Criação, o Dilúvio, os Pactos feitos com Abraão e com Moisés, o Êxodo, o reino de Davi, o Exílio, etc. De maneira analoga, no Novo Testamento, as Epístolas estão cheias de referências à história do Velho Testamento e à vida de Jesús, bem como às experiências e situações históricas dos autores e daqueles a quem as cartas se dirigiam. Finalmente, o livro do Apocalipse, embora voltado para um tempo além da história, com certeza tem em mente a situação contemporânea e as forças históricas nela operantes.

Esta orientação histórica dos livros da Bíblia não foi sempre notada. Investigações recentes como, por exemplo, as de Gunkel têm tentado interpretar o Pentateuco como um aglomerado de histórias individuais desconexas. Mas um dos resultados da crítica das fontes é a compreensão de que as fontes do Pentateuco sobrepoem-se largamente e que os mesmos acontecimentos, embora narrados de maneira diferente, se encontram em diversas das fontes de que ele é composto. Embora seja provável que estas histórias, quando narradas oralmente, fôsem tratadas como unidades independentes, sua posição nas fontes do Pentateuco, J, P, e E indica, todavia, que tanto na tradição tribal como na mente dos redatores

---

(\*) — Este é o segundo artigo duma série de palestras proferidas pelo Prof. Otto A. Piper no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em agosto de 1953. Texto em inglês traduzido por Percy Fávero Schützer (Nota da Redação):

destas fontes, os acontecimentos assim lembrados faziam parte de um longo processo histórico.

A mesma coisa se passa com os Evangelhos e o Livro de Atos no Novo Testamento. A Crítica da Forma observou corretamente que do ponto de vista literário os três primeiros Evangelhos eram compostos de material que antes circulava como unidades independentes. Mas a composição literária dos Evangelhos, do mesmo modo que indicações encontradas nas Epístolas (e. g. Rom. 1:3-4), indiscutivelmente mostram que, desde seu início, a Igreja Primitiva tinha uma concepção bem definida do ministério e da Paixão de Jesus e que o esboço daquela concepção pode ter sido um dos característicos essenciais da mensagem cristã (*kérygma*). O fato de não dar a razão de ser deste sistema de referência dos materiais do Evangelho, ou a tentativa para explicá-lo como um trabalho relativamente tardio da Igreja Primitiva, constitui a principal fraqueza da escola da *Formgeschichte*.

Não é difícil para o estudante do Livro de Atos discernir as várias fontes usadas por Lucas. Mas não é menos óbvio o fato de que o autor dispôs seu material de tal modo que sua narrativa segue, não tanto uma seqüência cronológica como a ordem de um plano divino. O próprio fato, e. g., do interesse do autor se afastar de João e Pedro para Paulo, Barnabé e Silas, ou dos acontecimentos da igreja em Jerusalém para as igrejas gentias, seria um modo de proceder muito inconsistente se não obedecesse a um plano preconcebido. O plano de todo o trabalho é dado nas últimas palavras dirigidas por Jesus aos seus discípulos: “e ser-me-heis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samária, e até aos confins da terra”. Os historiadores ficam algumas vezes perplexos e aborrecidos pelo fato de Lucas não dizer nada a respeito do início do cristianismo na Galiléia, Egito, Mesopotâmia, Norte da África e Itália, embora ele devesse ter tido conhecimento da existência de igrejas naqueles lugares. Os estudos de Harnack, William Ramsay e outros confirmaram a afirmativa de Lucas de que ele escreve como um historiador consciencioso (Lucas 1:1-4). Se, não obstante, deixou de dar informações históricas sobre tantas fases da vida da Igreja Primitiva que teriam sido do maior interesse para o estudante da história da Antigüidade ou da Igreja Primitiva, a razão pode ser unicamente que seu esboço não exigia uma apresentação compreensiva de todos aquêles fatos. Considerava suficiente mostrar por meio de alguns acontecimentos e desenvolvimentos selecionados e importantes, quão plenamente se havia realizado a promessa de Jesus. Em outras palavras, a seleção do material, longe de produzir uma aglomeração incoerente de partes independentes, liga-se com a idéia dum propósito divino, e assim resulta na apresentação de um processo histórico consecutivo e coerente.

Para o objetivo que temos em vista pouca importância tem saber se foi o próprio Lucas o primeiro a contemplar a história da Igreja sob esta luz, ou se sua concepção se baseava na de Paulo, que em muitas de suas cartas dá ênfase ao fato de que pela constituição da Igreja tanto com judeus como com gentios, o propósito salvador de Deus, chegou à sua conclusão. É claro pela própria narrativa de Lucas que êle interpretou “os confins da terra” de que falara Jesús, não tanto em um sentido geográfico, mas em um sentido religioso-histórico. A história de Paulo lhe basta para demonstrar que as portas do mundo gentio já se tinham aberto inteiramente e que não havia mais nenhuma barreira para a propagação do Evangelho através do mundo. A Igreja incluiu no *Canon* os Atos de Lucas e rejeitou os diversos Atos apócrifos. Tal atitude implica não somente em um julgamento a respeito de seu valor histórico, mas também a respeito de sua concepção da história da Igreja.

Embora a predominância de material histórico na Bíblia deva aparecer óbvia a qualquer de seus leitores, o caráter literário destes relatos históricos deixa perplexo o estudante de literatura comparada. Denominações como folclore, lenda, mito e aretologia têm-lhe sido dadas; mas a investigação cuidadosa mostrará que nenhuma delas se lhes adapta. É evidente, por exemplo, que muitas das histórias do Gênesis têm um caráter simples e primitivo. Todavia contém também aspectos de uma visão sublime; não são apenas o tipo de história que pastores contariam uns aos outros como passatempo.

“Lenda” poderia ser uma denominação adequada para grande parte delas se por lenda se entendessem histórias nas quais são narradas ações e acontecimentos milagrosos na vida de uma pessoa. Todavia, as lendas têm uma função demonstrativa. Os acontecimentos miraculosos nelas narrados indicam que a pessoa a que elas se referem mantinham relações muito íntimas com Deus. As coisas que assim aconteceram milagrosamente são narradas como provas da posição sobrehumana de uma pessoa, mas não têm nenhuma outra função além de apontar para o significado superior daquela pessoa. Nos livros históricos da Bíblia, entretanto, vemos que os feitos e acontecimentos sobrenaturais são descritos como meios para a execução do plano divino. A sarça ardente, e. g., não se destina a mostrar a santidade de Moisés, mas é antes um acontecimento por meio do qual a adoração do Deus de seus pais torna-se de novo um fator decisivo na vida dos descendentes de Abraão, Isaac e Jacó. Análogamente, os milagres de cura nos Evangelhos não são apresentados como provas da divindade de Cristo, mas como sinais divinos, indicando que em Jesús raiou na terra o Reino de Deus.

Além disso, uma comparação com os historiadores antigos mostrará logo que os escritores da Bíblia não estavam compondo aretologias. Seus relatos não se destinam a exaltar a fama dos grandes homens ou a expor ao desprezo público a baixaza e os vícios de outros. Certamente os escritores da Bíblia sabiam da existência de grandes homens; mas o que interessava a eles não era a sua excelência pessoal, mas antes o fato de que eram usados por Deus para executar seu trabalho. Em Atos, e. g., Pedro e Paulo são apresentados como homens de grande capacidade, mostrando-se superiores em caráter e mente aos governadores e líderes políticos e religiosos com os quais se chocavam. Mas é característico que Lucas não dá ênfase aos seus sucessos pessoais ou fracassos e está longe de nos apresentar uma imagem detalhada de seu caráter e espírito. Antes, o autor de Atos insiste no progresso da propagação do Evangelho, no qual êstes homens foram instrumentos.

Êste fato é ainda mais evidente nos Evangelhos. Jesús desafia, e. g., seus adversários a indicarem qualquer ação na sua vida pela qual tenha transgredido a Lei. Mas ao mesmo tempo que os Evangelhos presupõem que Jesús não tinha pecado, os evangelistas não procuram contar aos seus leitores o que queria dizer, em detalhe, uma vida sem pecado; e também não tentam pintar Jesús como um modelo de virtude humana. Anàlogamente, o modo pelo qual Jesús tratava seus oponentes revela um homem de profunda sabedoria, com mente penetrante e sagaz, de grande saber e profunda piedade. Mas todos êstes traços surgem apenas incidentalmente. Os evangelistas estão mais interessados nas respostas que Jesús dá aos seus oponentes e interlocutores, do que em um retrato de suas perfeições mentais. Nada poderia estar mais afastado do modo de proceder dos historiadores antigos do que o método de apresentação irrefletida adotado pelos evangelistas.

Finalmente há aquêles que afirmam que tanto no Gênesis como nos Evangelhos, nos defrontamos com material mitológico. Se por "mito" entendemos qualquer narrativa relatando a manifestação terrena de sêres divinos, poderíamos falar com propriedade em mitos na Bíblia. Mas seria também necessário assinalar que os mitos bíblicos diferem, contudo, num aspecto, de modo essencial de todos os mitos não-bíblicos. E' característico dos últimos o fato de as manifestações terrenas ocorrerem fora do tempo histórico, ou não terem influência sôbre o curso da história, enquanto que na narrativa bíblica quando são contadas intervenções divinas, é essencial que haja uma continuidade temporal entre o acontecimento "mítico" e o tempo do narrador. Caracteristicamente, os judeus foram a única nação que concebeu uma cronologia histórica que começou com a criação do mundo. Análoga-

mente, os cristãos primitivos criam que o homem Jesús era o Filho de Deus, isto é, que uma pessoa nascida nos dias do Imperador Augusto e de uma mãe terrena de raça judia, era o Salvador da humanidade e que sua vida terrena tinha conseqüências permanentes para a história humana. O paralelo tantas vezes traçado entre esta crença e o culto do Imperador de Roma é apenas superficial. Porque a apoteose do Imperador não significava que êle se tornava pessoalmente uma divindade, mas antes que era adorado como a encarnação temporária das forças numinosas (1) em operação no Império. Por isso o bem-estar do estado exigia que, depois da sua partida, outra pessoa fôsse investida da dignidade divina. Quando um dirigente que partiu é adorado, representa êle a energia divina que trouxe a existência um corpo político e que garante seu bem-estar posterior. Todavia êle não é uma divindade-redentora.

## B. — CONCEPÇÃO BÍBLICA DA HISTÓRIA.

A concepção específica da história adotada pelos escritores bíblicos não é em parte nenhuma apresentada de uma maneira teórica detalhada; tem antes que ser deduzida de todo o material histórico da Bíblia. Entretanto, em Isaías e Jeremias, em Romanos 9-11, Marcos 13 e, especialmente no Apocalipse, encontramos muitas observações importantes das quais podem ser tirados princípios gerais.

### 1. — Concepção do Velho Testamento.

Seria vão especular a respeito de quais teriam sido as formas mais antigas da religião de Israel. Sobre êste assunto não possuímos nenhuma informação que seja anterior às fontes dos livros bíblicos e não se pode descobrir nenhuma diferença essencial entre os documentos em sua forma atual e suas fontes. Os relatos do Velho Testamento apresentam a fé dos israelitas como a crença em um Deus, que além de ser o Criador e o Senhor do Universo, trata com êles, como seu povo escolhido, de uma maneira coerente e contínua e executa seu propósito para com êles. Assim, a idéia básica da interpretação da história do Velho Testamento, é a idéia da aliança. Está nela subentendida a promessa de um grande futuro; uma lei divina de cuja obediência depende o cumprimento da promessa divina; e um julgamento divino sobre aquêles que fazem mal ao povo de Deus, mas também sobre os membros desobedientes dêste povo. Significa isto que, para os israelitas, a história era uma

(1). — Palavra formada por Rudolf Otto e derivada de *numen*; designa o elemento que desperta o sentimento do *mysterium tremendum* comum a tôdas as religiões. (Cf. R. Otto, *Das Heilige*, cap. II) (Nota do tradutor).

relação recíproca entre Deus e o homem; que acreditavam que a história visava um fim definido, estabelecido pelo próprio Deus e que êles tinham certeza de que êste fim podia ser atingido. Além disso, a centralidade da lei excluía qualquer concepção determinística da história. Ao contrário a aliança deixava espaço amplo para a liberdade e a responsabilidade do homem. Dêste modo os israelitas se consideravam indispensáveis para a realização do desígnio de Deus, embora compreendessem ao mesmo tempo, que não eram os senhores da história.

Diferindo do homem moderno, que considera o processo do tempo meramente como a situação em que êle se encontra, e que se preocupa somente com o momento em que vive e que deseja usufruir, os israelitas tomavam a sério a duração do tempo. Por isso, em suas recordações, o passado não era um passado morto, mas recordavam-se dêle como se fôsse seu próprio passado (“somos filhos de Abraão”). Anàlogamente, desejavam viver na memória das gerações vindouras e serem recordados de modo favorável (e. p., Prov. 10:7), “A memória do justo é abençoada, mas o nome dos ímpios apodreceirá”. Há indicações de que nos primórdios da existência de Israel e mesmo mais tarde, a aliança, e portanto, a história de Israel eram muitas vêzes consideradas de uma maneira um tanto ingênua, de acôrdo com a qual a existência de Israel era interpretada como o objetivo final de Deus. Mas mesmo assim, nunca foi simplesmente a idéia de um processo contínuo, durante o qual os israelitas prosperariam, como também não contemplavam um momento em que a história chegasse ao fim. Antes a história era sempre compreendida teleológica e soteriológicamente, como se movendo para o fim que Deus teria sempre em vista. Esta concepção teleológica foi a razão por que, desde o início, sua religião foi escatológica. Embora êste aspecto não seja apresentado diretamente pelos primeiros livros históricos, o profeta Amós (sec. 9 A. C.) já faz uma referência direta ao “Dia do Senhor”. Não é surpreendente que no estágio primitivo da religião de Israel aquela concepção teleológica se expressasse em têrmos de seu futuro político. Tal objetivo histórico poderia parecer a consequência mais natural da centralidade da Eleição e do pacto divino feito com a nação. Todavia, Amós já criticava tal interpretação da divina aliança. O movimento profético elaborou gradativamente duas idéias corretivas, a saber, o caráter universal do plano de Deus e sua finalidade superior. Mostraram como ao escolher Israel, Deus queria abençoar o mundo todo. Estas idéias, por sua vez, levaram a uma diferenciação entre o tempo terreno e o escatológico. Deus tem seu modo próprio de conduzir as coisas à sua consumação; às vêzes êle parece atrasar intoleravelmente o progresso de sua obra e outras vêzes age com rapidez surpreendente e inesperada. Mas, não im-

portanto o modo de sua ação, êle atinge sempre seu objetivo. O sucesso do opressor iníquo e a derrota do povo escolhido de Deus são apenas episódios históricos temporários.

## 2. — Concepção do Novo Testamento.

Jesús e seus seguidores, embora adotassem a concepção do Velho Testamento como seu ponto de partida, modificaram-na em alguns aspectos importantes. Encontra-se a razão na convicção de Jesús de que êle era o Messias de Deus, enviado para operar a mudança fundamental na história que Deus anunciara há muito pelos seus profetas. Dos novos elementos assim acrescentados à concepção do Velho Testamento, os seguintes devem ser mencionados especialmente:

### a) *A Plenitude dos Tempos.*

Com a vinda de Jesús o desenvolvimento histórico da humanidade atingiu seu ponto decisivo. Deu-se a decisiva mudança. O "Poder Real" de Deus estava para se estabelecer na terra. Todo o processo temporal em que os seguidores de Jesús vivem é o "Agora" de Deus em contraste com todo o passado, não importa até onde êste possa estender-se nas trevas da pré-história nem quão grandes possam ter sido suas realizações. A plenitude dos tempos era o momento em que o processo histórico não somente tinha realizado tudo aquilo, na religião de Israel, na cultura da Grécia e na sabedoria política de Roma, que a humanidade era capaz de trazer para uma mudança radical da história, mas também o momento em que assim fazendo esgotou suas habilidades criadoras.

### b) *Novidade.*

O novo processo histórico que começou com Jesús Cristo não era uma simples continuação da história de Israel. Deus fez surgir novas forças, pelas quais o caráter da vida histórica foi radicalmente transformado. Aquêles que pensavam em termos de continuidade com o passado somente, como, e. g., os escribas e fariseus, não eram por isso capazes de apreciar os aspectos novos e criadores que se manifestaram na mensagem e na obra de Jesús.

### c) *A Centralidade de Jesús.*

Êle era o "Filho do Homem", ou o "Messias", isto é, o agente através do qual Deus tinha planejado operar a transformação. Como resultado de sua humanidade, Jesús é o elo de ligação entre o

velho e o novo; em virtude de sua Ressurreição, é o fator dominante, o Senhor da história e de tôdas as coisas.

d) *Caráter Final da Idade Nova.*

A operação do Senhor ressurrecto é a única oportunidade que foi jamais oferecida à humanidade de comunicar sentido verdadeiro à vida pessoal e à história. Desde o tempo de Cristo os homens devem portanto tomar partido por êle ou contra êle. Ninguém que dêle ouça falar pode permanecer neutro. Em face de suas exigência, a indiferença equívale à rejeição. Assim, por sua simples presença Jesús é o Juiz. Tudo que é incompatível com sua atividade está condenado à impotência. Quando êle tiver executado plenamente o plano divino, sua divina glória se manifestará a tôda a humanidade. Enquanto que, no presente, a maneira dêle executar sua obra na história é ainda determinada em parte pelas condições do passado, poder-se-á finalmente ver, todavia, que o curso da história depende dêle sômente. "O céu e a terra" serão, portanto, completamente renovados.

e) *Os Poderes do Novo Eon.*

Com a vinda de Jesús, o poder das forças destruidoras neste mundo é quebrado, o equilíbrio anterior entre a vida e a morte é perturbado e a vida se torna a força dominante. O reino de Cristo é o eon do Espírito Santo. Em opposição a um tipo de vida que se caracteriza por seus instintos assassinos e seus temores, as pessoas são agora dotadas de energias construtivas e cheias da certeza de que sua vida espiritual e seus efeitos são indestrutíveis. Este fato manifesta-se particularmente na Igreja que é o corpo de Cristo. Nela, seres humanos cuja insuficiência é óbvia, são dotados de poder celestial através de Cristo o cabeça.

C. — INTERPRETAÇÃO TEOLÓGICA DA CONCEPÇÃO  
BÍBLICA DA HISTÓRIA.

O modo como Jesús e seus discípulos explicavam para si mesmos o significado histórico do ministério messiânico de Jesús, era o desenvolvimento de idéias religiosas judaicas. Assim, sua concepção histórica era em todos os detalhes determinada pelo modo realístico dos hebreus conceberem a realidade. Inevitavelmente porém a transição que o cristianismo realizou do ambiente judaico da primeira geração para um mundo helenístico tinha que trazer com ela uma nova perspectiva e um novo senso da realidade. Com o correr do tempo, a expansão histórica da Igreja e a formação de



igrejas nacionais tinham que se refletir em várias interpretações novas da Nova Aliança e da história. Algumas das mais importantes serão enumeradas aqui.

### 1. — Helenização.

A destruição de Jerusalém e a fuga dos cristãos daquela cidade para a Transjordânia no ano 67 A. D. teve um efeito profundo sobre o destino do cristianismo. A influência da "igreja mãe" judaica foi assim obscurecida, e as igrejas novas não mais se voltavam para Jerusalém como a séde legítima de autoridade. Além disso, a crescente hostilidade mostrada pelos judeus contra a nova religião, reduziu drasticamente o número de convertidos vindos do judaísmo, até que no começo do terceiro século a igreja tinha se tornado praticamente uma igreja não judaica. Nos círculos helenísticos que assim cada vez preponderavam mais, isto resultou numa reinterpretação da nova religião em termos de sua própria herança cultural e religiosa. Assim o cristianismo do Mediterrâneo Oriental tornou-se ou místico ou sacramental. A concepção mística tornou-se bem articulada com Orígenes. Seguindo uma tendência neo-platônica, a fé era compreendida como um processo mental, por meio do qual a pessoa se elevaria gradualmente da consciência psicológica para a divina. Outros, influenciados pelas religiões de mistério desenvolveram uma concepção sacramental e litúrgica. Nesta crença se identifica com o designio redentor de Deus, participando do culto sacramental. Nos dois casos imaginava-se a vida cristã como vivida na presença do divino. Os fatores históricos por meio dos quais aquela vida tinha surgido eram considerados como irrelevantes em comparação com o fato de que o divino era assim acessível. Nos dois tipos de religião, o interesse do indivíduo se concentrava exclusivamente em sua própria salvação e perdia-se de vista o mundo material de espaço e tempo. Conseqüentemente, o significado de Jesús consistia exclusivamente na encarnação, na medida em que, por esta, a união entre Deus e o homem se tornara possível. Sua vida terrena era importante somente como evidência da realidade de sua encarnação. Análogamente, os elementos históricos do Velho Testamento, na sua realidade temporal, não tinham nenhum significado para a fé e eram interpretados simbólica ou alegoricamente. Como conseqüência, a Igreja não mais se considerava como o "remanescente" do Israel histórico, mas sim como um novo Israel "espiritual" que não tinha nenhuma ligação histórica com o antigo. A idéia de um Cristo cujo trabalho terreno continuasse no céu era inconcebível. Assim, a escatologia bíblica era ignorada e interpretava-se a história como um processo no qual cada ano acrescenta-se a outro ano, porém sem nenhuma dinâmica ou objetivo

final. Tudo que a esperança cristã aguarda então é o momento em que o tempo deixará de existir. Esta concepção helenizada da fé foi mais tarde renovada em certos círculos protestantes que interpretaram a fé como crença na inspiração da Bíblia, isto é, em uma verdade não temporal, e na morte salvadora de Cristo como um evento acontecido uma vez por todas. Assim o que tinha importância era apenas a realidade do acontecimento. Não era atribuído nenhum significado à relação desses eventos com o tempo e a história.

## 2. — Interpretação Eclesiástica.

Uma concepção completamente diferente da mensagem cristã se desenvolveu na parte ocidental do Mediterrâneo. Ali Jesús era considerado em relação íntima com a instituição eclesiástica. De acôrdo com esta concepção, êle tinha vindo para estabelecer seu poder aqui na terra, fundando uma igreja organizada. Por sua vez, a Igreja estava combatendo a seu favor as forças do mal neste mundo e assim controlava poderes terrenos, ao mesmo tempo que poderes espirituais em lugar dêle. Esta concepção foi, como é óbvio, moldada na do Império Romano, com sua combinação de ordem e poder.

Foi Santo Agostinho que, em sua *Cidade de Deus*, expressou de modo mais efetivo esta concepção. No plano de Carlos Magno de restaurar o Império Romano em bases cristãs encontra-se uma adaptação de suas idéias. Neste tipo de interpretação histórica, admite-se que o Cristo ressurrecto está operando em sua Igreja e delegando a esta todas as suas prerrogativas celestiais. O trabalho da Igreja, por sua vez, consiste em nada menos do que realizar a redenção da humanidade. Tanto o passado como a novidade têm seu lugar neste quadro. A Igreja, participando dos privilégios terrestres e das promessas dados a Israel, manifesta elementos novos no fato de que participa do caráter final de Cristo. Finalmente, portanto, ela deixará de ser *ecclesia militans* e se tornará *ecclesia triumphans*. Todavia, embora a escatologia de Jesús e do Novo Testamento tenha um aspecto cosmológico, esta concepção é homocêntrica e não manifesta interêsse religioso pelo universo como um todo.

Esta visão da história dominou durante a Idade Média, embora as concepções sacramental e mística também tivessem seus aderentes. Foi renovada e reinterpretada por Bossuet no século XVII e encontra-se, sem dúvida, à base do expansionismo da Igreja Romana moderna. A história mostrou, entretanto, a imperfeição desta concepção. Pode ser mantida consistentemente, apenas quando a Igreja é interpretada em um sentido puramente escatológico.

como não sendo senão o instrumento dos poderes salvadores neste mundo, como pensava, e. g., São Francisco. Mas quando integrada na história secular, como está implícito na idéia da Igreja ter duas espadas, uma secular e uma espiritual, esta concepção se contradiz a si mesma. Nada de estranho, por exemplo, que o Sacro Império Romano, o reino dos Bourbons e a Igreja-Estado tivessem um fim tão inglório.

### 3. — Concepções Apocalípticas.

O poder intrínseco da Bíblia manifesta-se no fato de que, de tempos em tempos, ela tem forçado uma reconsideração da posição cristã. No campo da interpretação histórica, a energia purificadora da Bíblia leva os homens a compreenderem que qualquer coisa que os seguidores do Cristo ressurrecto possam realizar na história é apenas provisório. Por isso a Igreja não deve ser considerada como alguma coisa final. Tal volta à escatologia bíblica ocorre periódicamente na história do cristianismo. Para mencionar apenas algumas delas citaremos Joachim da Fiori no século XII e mais tarde Huss, depois Lutero, os Anabatistas, Gottfried Arnold e, nos tempos modernos, Darby e os Dispensacionalistas, e Tolstoy. Todos eles têm isto em comum: vêm todo o processo histórico sendo arrastado irresistivelmente para uma catástrofe final. Sòmente para além dela, discernem eles a aurora de um novo dia. Todavia, esta concepção, embora tenha surgido do estudo da Bíblia, não considera a operação de forças divinas construtivas na história, a respeito das quais o Velho e o Novo Testamento têm tanto para nos dizer.

### 4. — História da Salvação (Heilsgeschichte).

Durante um tempo considerável, o Protestantismo não desenvolveu uma interpretação própria da história. Encontramos alguns rudimentos dela em Lutero, como e. g., sua crença de que a presença de Cristo era responsável pelas sucessivas "reformas" da Igreja, reforma significando a restauração de sua pureza original. Mas, com sua doutrina dos dois "Reinos", Lutero recusou-se a considerar a história como um processo unificado. Embora em Lutero a crença na obra do Diabo levasse à esperança apocalíptica de que o fim do mundo estava próximo, o luteranismo mais tarde deixou de lado completamente o elemento apocalíptico. Concentrando-se unilateralmente na Justificação pela fé, os teólogos adotaram uma espécie de misticismo desligado do tempo.

As coisas se deram de modo diferente nas Igrejas Reformadas. Nelas a tradição agostiniana foi preservada, embora dife-

rindo num aspecto de modo marcante da tradição medieval. A divina Aliança ocupou o lugar das instituições eclesiásticas. Este é apenas um outro modo de exprimir a responsabilidade atribuída por Deus ao crente individualmente dentro da comunidade. Assim como no catolicismo romano, esta concepção implicava na certeza de que tinha havido um desenvolvimento contínuo da Velha para a Nova Aliança. No século XVII, esta concepção desenvolveu-se em uma teoria de alianças sucessivas, começando com a que Deus fez com Adão, devendo cada geração renovar a feita com Cristo. Sob várias formas, esta idéia encontra-se entre os *Covenanters* escoceses, os teólogos da Assembléia de Westminster na Inglaterra, e Coccejus e Vitringa na Holanda. No século XVIII, o protestantismo germânico suplementou esta idéia de que Deus estava constantemente participando da história, com a idéia de um propósito divino a ser executado no tempo. Lessing (1720-1781), e. g., propôs a teoria de uma educação divina da humanidade, mediante a qual o homem estaria sendo levado de uma religião primitiva e imperfeita a uma de maturidade e perfeição moral. Em Lessing, tal interpretação da história implicava no reconhecimento de que a instituição eclesiástica, embora tendo uma função educativa, torna-se-ia aos poucos supérflua.

O teólogo suábio Bengel (1689-1752), contemporâneo de Lessing, desenvolveu uma concepção semelhante com relação à Bíblia. Os velhos teólogos luteranos tinham interpretado a Bíblia, tendo como base a teoria da inspiração verbal e, assim, a desligaram completamente da história. Consideravam-na como um livro celestial que tinha surgido fora do processo histórico, tendo seus autores sido usados como meros instrumentos e canais para a comunicação divina. Bengel raciocinava que tal concepção baseava-se na presuposição racionalística infundada de que a mente humana está sempre completamente preparada para a verdade. Antes, observava êle, o homem pecador opõe-se à verdade, e assim a revelação divina só poderia ser trazida ao homem em processo secular semelhante ao crescimento de um ser humano, desde à infância até à completa maturidade. Nada neste processo é destituído de valor, mas também não deixa de ser verdade que é somente à luz do estágio final que o significado dos elementos primitivos pode ser compreendido. Assim Bengel deu ênfase ao fato de que é como um todo, perspectivamente, que a Bíblia constitui o fundamento autorizado da fé e rejeitou a prática anterior de se fazerem referências a textos-provas isolados de seu contexto em tôda a Bíblia. A revelação divina, observou Bengel, opera-se antes em acontecimentos salvadores do que na comunicação de idéias. A Bíblia não teria lugar tão central na fé cristã, a não ser pelas ações divinas na história que nela são relatadas, afirmava êste teólogo. O ministério de Jesús Cristo é a

mais decisiva dessas ações e é nele, antes que na Bíblia, que cremos. Assim tudo na Bíblia tem que ser considerado com referência à obra histórica de Jesús Cristo quer como preparação para ela ou como resultado dela. De acôrdo com esta concepção, Bengel estabeleceu de novo a importância da escatologia. Opondo-a ao humanismo de Lessing, êle insistia em que a finalidade da história era uma tal execução do plano salvador de Deus, de modo a abranger finalmente tôda a humanidade. Interpretava êste processo de modo apocalíptico, calculando que o fim se daria no ano de 1836.

As idéias de Bengel foram melhor elaboradas por Auberlen (1824-1864), Beck (1804-1878) e Hofmann (1810-1877) e conduziram finalmente ao conceito de uma "história da salvação" (*Heilsgeschichte*). Os amplos horizontes de Bengel faltaram, em regra, aos seus sucessores. Embora aplicassem suas idéias a uma interpretação do material histórico encontrado na Bíblia, assustavam-se com a visão apocalíptica de Bengel, particularmente em vista de seu óbvio êrro no cálculo do fim do tempo. Como resultado, êsses teólogos além de nada terem a dizer com relação ao curso da história depois da época apostólica, deixaram mais ou menos de lado a importância que Bengel atribuiu à escatologia.

#### D. — PROBLEMAS MODERNOS DA INTERPRETAÇÃO TEOLÓGICA DA HISTÓRIA.

##### 1. — Métodos Insatisfatórios.

O estudo da evolução histórica das interpretações secular e cristã da história tem a vantagem de expor algumas das fraquezas básicas dos métodos anteriores de abordar o problema. O método puramente indutivo, e. g., é obviamente insuficiente. Mesmo pondo de lado a dificuldade de reunir todos os relatos ainda existentes depararíamos com o fato perturbador de que tôda a evidência histórica é de caráter bem fragmentário e errático. O que foi preservado não coincide de modo nenhum com o que era mais importante e nem podemos ter a certeza de que os restos de um período representem sempre seus aspectos característicos. Além disso, não só não podemos confiar em muitos dos relatos históricos, devido ao fato de terem sido compostos por pessoas que queriam que as coisas fôsse vistas dentro de uma certa perspectiva, mas também devido à obscuridade e quase incompreensibilidade de muitos dos monumentos históricos vindos de países estrangeiros ou tempos distantes.

Pensava-se nos séculos XVIII e XIX que os defeitos do método indutivo podiam ser vencidos seguindo um caminho especulativo. Admitia-se que, sendo o homem o agente da história através

das idades, esta devia seguir um modelo recorrente e que através do conhecimento da natureza humana poder-se-ia descobrir aquele modelo. De uma maneira diferente, o século XVIII esperou apreender o modelo básico, secularizando a escatologia bíblica. A idéia da Perfeição última, e. g., substituiu a do Novo Céu e a Nova Terra, e a do Progresso a do Novo Nascimento espiritual. Os pensadores daquela época deixaram de notar, todavia, que aquelas idéias bíblicas aplicavam-se exclusivamente aos que criam e sua comunidade. De um modo arbitrário ignoraram tanto a novidade de vida que Deus comunica àquêles que crêm nele como a idéia do Julgamento divino que, de acôrdo com a Bíblia, aguarda os incrédulos. Nos séculos XIX e XX as interpretações especulativas da história mostram o desêjo de se livrarem de idéias bíblicas. Sistemas de cosmologia e antropologia idealista ou otimístico-naturalista são usados por Hegel, Marx, Schelling, Wundt, Nietzsche, Troeltsch, Sorokin, Spengler e Toynbee, para mencionarmos apenas alguns dêles. Os contrastes existentes entre estas concepções em conflito são tão grandes, porém, que se torna óbvio seu caráter puramente imaginário. Por mais que êstes escritores apresentem evidências para apoiar suas concepções, é fácil mostrar a arbitrariedade com que cada um dêles seleciona apenas o material que se adapta à sua imagem, ignorando o resto.

## 2. — A Centralidade de Jesús Cristo.

Por sua vez, os teólogos da “História da Salvação” mostraram tanto o papel dominante que a história desempenha na Bíblia como o lugar central que Jesús Cristo ocupa naquele processo. Como resultado disso, existe uma concordância crescente na teologia protestante moderna no sentido de interpretar também a história de um modo Cristocêntrico. E’ óbvio que a relação temporal em que se situam os acontecimentos entre si não é suficiente para lhes dar sentido. E’ preciso haver uma perspectiva ou sistema de referência comum a todos êles. E’ também claro que nenhuma pessoa ou acontecimento comuns, ou ordem humana de coisas pode desempenhar tal função, porque tudo que é engendrado pela história é relativo a outros fatores históricos. A importância de Jesús Cristo, de acôrdo com a teologia protestante moderna, está no fato de que como homem êle viveu na história, enquanto que ao mesmo tempo, como Filho de Deus, êle determina toda a história da humanidade. De um modo mais restrito, seu ministério na história pode ser descrito como concluindo definitivamente toda a história de Israel. Êle foi, ao mesmo tempo, a ocasião de sua queda política que culminou na destruição de Jerusalém no ano 70 A. D., como também a causa paradoxal da influência mundial que a religião judaica al-

cançou pelo fato de se tornar o Velho Testamento uma parte integrante da Bíblia cristã. Todavia, ao mesmo tempo, Jesús Cristo tem uma importância universal. O poder redentor divino, que em sua vida entra na história, foi assim de tal modo revelado que desde então os homens têm podido ver esse poder. À luz de Jesús Cristo, compreendemos porque a história humana é a história de uma humanidade que, algumas vezes obscuramente e outras de um modo articulado, age como sendo destinada a transcender a si mesma e a ser redimida da espécie de existência que tem. Pela mesma razão, o sentido supremo que a fé atribui a Jesús não se limita às pessoas que com êle tiveram contacto durante seu ministério terreno. O impulso divino que se manifestou em sua obra tem sentido, somente se tiver como base uma finalidade universal, isto é, quando as novas possibilidades de vida que Jesús ofereceu a seus discípulos são postas à disposição de toda a humanidade e quando o triunfo sobre os fatores naturais, tão evidente em sua vida, é compartilhado por todos os homens. Assim a obra de Jesús Cristo aponta para a consumação final deste mundo.

A história do Evangelho tem, portanto, o mesmo sentido para a história da humanidade que os clássicos da arte ou da literatura têm para a história da cultura humana. Quando queremos saber, por exemplo, qual o sentido de um certo período da literatura procuramos a obra mais importante daquele período. Do mesmo modo, na escala mais ampla possível, a história do Evangelho explica o sentido da história em geral. Nela, todos seus fatores operantes aparecem mais claramente que em qualquer outra parte, e do mesmo modo, a origem e o destino da humanidade podem ser reconhecidos na vida de Jesús mais precisamente do que em qualquer outra esfera da história. Finalmente, a história do Evangelho revela as leis subjacentes à história.

### 3. — Aspectos característicos da História da Salvação.

A história interpretada desta maneira apresenta um certo número de traços notáveis. Dependendo de terem êles ou não uma relação direta com o ministério de Jesús Cristo, todo o curso dos acontecimentos históricos pode ser dividido em duas correntes, a saber, "História da Salvação" e aquela que, por falta de outro nome, podemos chamar de "a outra história". Além disso, uma vez que o objetivo a ser atingido na história é antes o objetivo de Deus que um escolhido pelos próprios homens, a história se abre para o futuro. Não há perigo de que ela atinja jamais um estágio além do qual não possa mais avançar; e, todavia, seu movimento não é aquêle tipo deprimente de avanço constante implícito na idéia de Progresso. Embora o tempo não venha a acabar, todavia,

o objetivo de Deus será atingido na história dêste mundo. Também característica da história da salvação é a certeza de que há um propósito compreensivo por sob a história tôda. Sendo um plano divino, não pode êle nunca ser simples e completamente identificado com os planos e intenções dos que trabalham na história. O fato de que a história da salvação é a corrente determinante no curso da vida histórica, eleva a última em sua totalidade, acima da esfera meramente natural de causação material. Assim, tôda a história atinge uma esfera transcendental. Os acontecimentos históricos devem ser interpretados como manifestações de um conflito entre forças sobrenaturais, embora o combate seja travado por séres humanos e fatores naturais. Em tal concepção toma-se o mal com seriedade, como alguma coisa que não é apenas desagradável subjetivamente, mas como algo que não devia existir. Por esta razão, o objetivo da história não é Evolução ou Progresso, mas antes Redenção, isto é, a transição de uma condição que é objetivamente insatisfatória e intolerável para uma que é satisfatória sob todos os aspectos. Devido à operação da "História da Salvação", porém, todo o processo histórico é tal que êle não deve também ser interpretado de modo totalmente pessimista. Embora possam não conhecer a razão, sentem os homens que apesar das inclemências da natureza e da estupidez e brutalidade do homem, há energias operando na história por meio das quais lhe é atribuído um sentido objetivo. Com a idéia de história da salvação evitam-se também as armadilhas de um otimismo igualmente infundado, que está subentendido, e. g., na idéia de Progresso. Não há nada na natureza do homem ou dêste mundo que possa justificar a suposição de que por meio de seus próprios recursos a história esteja se movendo no sentido de perfeição sempre crescente.

Finalmente, na idéia de história da salvação é atribuída uma posição privilegiada para aquêles que crêm em Jesús Cristo. A comunhão espiritual dos que crêm forma tanto a vanguarda da história como o canal através do qual as forças redentoras de Deus se comunicam a tôda a humanidade. A presença de um "povo de Deus" na história humana é para os cristãos uma evidência de que todo o processo da história converge por vontade de Deus para um fim comum. Uma vez que aquêles que não pertencem ao "povo escolhido" não serão capazes de discerni-lo, êles, ou negarão que a história tenha qualquer finalidade ou se recusarão a identificar a finalidade da história com aquela que os cristãos esperam. Todavia, esta concepção Cristocêntrica da história não é mera especulação. Ela tem sido confirmada por fatos históricos que provaram ser de significação extraordinária para a história da humanidade neste últimos dezenove séculos. Metodologicamente ela



é apenas uma hipótese; mas hipóteses são também todos os outros princípios e idéias usados na interpretação da história. Sua superioridade como uma hipótese tornar-se-á evidente quando a aplicarmos aos diversos problemas com que a história nos defronta.

*(Continua no próximo número).*

**OTTO A. PIPER**

Professor de Literatura e Exegese do Novo Testamento no  
Seminário Teológico de Princeton (Estados Unidos).